

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



COELHO, Francisco Adolfo (Coimbra, 1847 – Carcavelos, 1919)

Talvez se possa opinar que Adolfo Coelho conta menos como historiador do que como agente de mudança e, por aí, como personagem histórica. Foi ele, afinal, com o radicalismo das suas posições contra o regime, o responsável directo pelo encerramento das Conferências do Casino Lisbonense em 1871 e pela aura que lhes é imputada como momento decisivo na crise de mudança de mentalidades e de forças no Portugal novecentista, aura que provavelmente as conferências não teriam adquirido se tivessem prosseguido livremente e de acordo com o programado. No demais da sua acção como promotor do incremento pedagógico do país e como introdutor de novas perspectivas científicas no estudo da linguagem, Adolfo Coelho apresenta-se sempre com os olhos postos no futuro que ajuda a criar, mais do que no passado que alimenta a história. Postas estas ressalvas, como não reconhecer que no seu tempo os modos de pensar e inquirir, os instrumentos, referências e programas rescendiam a diacronismo e faziam de cada qual que se aventurasse na produção de ciência um historiador *malgré lui*?

Francisco Adolfo Coelho nasceu em Coimbra a 15 de Janeiro de 1847 e faleceu em Carcavelos a 9 de Fevereiro de 1919. Ficou órfão de pai muito cedo e teve uma infância difícil. Ainda em Coimbra, inscreveu-se na universidade aos 15 anos para estudar matemáticas, mas abandonou os estudos regulares a meio (1862-64), desagradado com o ensino ministrado. Pouco depois (1865), frequentou pelo menos durante um ano o Curso Superior de Letras, em Lisboa, que também não o satisfez; as críticas que dirigiu ao Curso, acusando-o de moldado pelo figurino das faculdades de letras francesas, quando estas o estavam abandonando, não o inibiu, no entanto, de mais tarde se candidatar a um lugar de seu professor. Com os olhos postos na cultura alemã, iniciou-se nos estudos de filologia, que era então, nas palavras de Leite de Vasconcelos, «uma ciência alemã». Deve tê-lo feito de forma autodidáctica, pois não se lhe conhece tutor nacional, nem estrangeiro. Não tardou, porém, a ver-se reconhecido internacionalmente com a publicação, aos 21 anos, de um trabalho pioneiro - *A lingua portuguesa: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe* (1868) - pequeno livro que, com Leite, se costuma considerar ser o ponto de partida para a ciência linguística em Portugal.

Dez anos depois, em 1878, entrou para o Curso Superior de Letras como professor na companhia de Guilherme de Vasconcelos Abreu, para assumirem duas novas cadeiras, as primeiras de linguística moderna a serem ministradas em Portugal. Abreu, recém-chegado de França e Alemanha, onde estudara



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sânscrito e orientalismo, encarregou-se de uma cadeira de *Língua e literatura sânscrita, védica e clássica*, enquanto a Adolfo Coelho era atribuída a cadeira de *Filologia comparada, ou ciência da linguagem*, criada para satisfazer uma petição de académicos portugueses e, em clara revelação de influências e alianças, de destacados linguistas da escola alemã - Carolina Michaëlis, Adolf Tobler, Gustav Gröber, Karl von Reinhardstoettner, Wilhelm Storck -, que não só propunham a cadeira como indigitavam o seu regente: «A ciência estrangeira, a mais competente para julgar dos métodos por ela criados, reconhece num linguista português, Francisco Adolfo Coelho, a competência necessária para professar aquela disciplina.» (*Manual de Filologia Portuguesa*, 1977, p. 22).

Com efeito, era já vasta em 1878 a obra publicada de Coelho, quase inteiramente constituída por trabalhos de natureza linguística, mas também sobre literatura popular, romanceiro e antropologia. Neles se alicerçava o juízo sobre a sua competência para o cargo docente que passou a ocupar no CSL.

Mas já se vislumbrava uma outra faceta, que mais imediatamente o aproximaria dos seus contemporâneos: a de pedagogo teórico e prático e de tribuno ao serviço da causa essencial da educação do povo. Como pedagogo, por igual o interessaram os três níveis clássicos do ensino (primário, secundário e universitário), sobre e para os quais escreveu abundantemente, desde métodos de leitura para crianças e recolhas de jogos e contos infantis, até estudos sobre o papel educativo dos trabalhos manuais e dos exercícios físicos e ainda relatórios, programas e projectos visando a reorganização do sistema educativo nacional; mas interessava-o principalmente o combate à ignorância e ao atraso da sociedade portuguesa, que animava o debate ideológico da sua geração. Apontado como linguista de gabinete, de sedentarismo não poderá ser acusada a sua acção neste domínio, em que a observação teórica foi claramente superada por prolongada e intensiva intervenção prática: entre outros cargos administrativos, fundou em 1883 e quase até à morte dirigiu a Escola Primária Superior de Rodrigues Sampaio, onde ensinou todas as matérias menos desenho e onde dizem que ocupava cinco horas de trabalho diárias. Foi ainda professor na Escola Normal Superior de Lisboa, em acumulação com a cátedra do Curso Superior de Letras e, depois de 1911, da Faculdade de Letras de Lisboa.

Este itinerário de pedagogo estava delineado desde que tomou parte, em 1871, nas célebres conferências democráticas do Casino, realizadas na esteira da questão do Bom-senso e Bom-gosto. Depois de Antero do Quental se ocupar da decadência da nação e de Augusto Soromenho se ter pronunciado fulminantemente sobre a literatura portuguesa, a crítica atingiria o auge na quinta conferência, dada por Adolfo Coelho a 19 de Junho de 1871, sobre *A Questão do Ensino*. Nela, criticou a organização, formas e tipos de ensino praticado em Portugal em termos tais que as autoridades interditarão o prosseguimento das conferências, alegando que nelas se expunham «doutrinas e proposições que atacavam a religião e as instituições políticas do Estado» (*Manual de Filologia Portuguesa*, 1977, p. 23). De facto, Coelho defendia que a decadência do ensino se devia à aliança entre o Estado e a Igreja, o que tornava imperiosas tanto a separação entre ambos como a promoção da liberdade do pensamento: «Lembremo-nos em primeiro lugar de que estamos n'um paiz em que o catholicismo é a religião do estado imposta materialmente á



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

consciência de todos os que são portugueses: o espírito científico é pois aqui repellido de tudo o que estiver sob a acção imediata do estado, perseguido fóra d'elle... N'uma palavra, a investigação livre da verdade é impossível em Portugal.» (*Theoria da conjugação em latim e portuguez...*, 1871, pp. 23-24)

A partir dos anos 80, o exame da sua bibliografia revela um número crescente de escritos sobre temas de educação e literatura infantil, com destaque para a difusão das ideias do pedagogo alemão Friedrich Froebel, fundador dos Kindergarten. Os seus estudos de maior fôlego monográfico ostentam títulos que falam por si do conteúdo e do ideário com que engatavam nas preocupações programáticas do tempo: *Os Elementos Tradicionais da Educação* (1883), *A reforma do Curso Superior de Letras* (1889), *Esboço de um programa para o estudo antropológico, patológico e demográfico do povo português* (1890), *Proposta relativa a um inquérito do estado físico, moral e intelectual do povo português* (1890), *Pedagogia do Povo Português* (1898), *O estudo da criança* (1913), *Cultura e analfabetismo* (1916). Ao lado destes, abundam escritos aparecidos na imprensa diária, revelando o desejo de atingir rapidamente camadas da população que não acederiam a literatura mais especializada. Sintomaticamente, numerosos escritos alheios ou anónimos eram-lhe erradamente atribuídos, como se vê por miúdas rectificações de Rogério Fernandes à sua bibliografia (*Esboço bibliográfico da obra de F. Adolfo Coelho*, 1973, pp. 203-231), em sugestão de que Adolfo Coelho era tido como autor «por defeito» do que se escrevia sobre educação em Portugal. O carácter oficial de muita actividade sua, sinal de reconhecimento por parte do Estado, ajudou certamente a esses exageros de atribuição. Mas, por outro lado, esse carácter não nos prepara para encontrar, num criador e executor de políticas educacionais, o insistente elogio das formas de transmissão tradicional da cultura popular como complemento (ou sucedâneo?) da alfabetização em que os regimes modernos depositavam as esperanças de transformação e promoção da sociedade e do indivíduo (materializada em 1876 na *Cartilha Maternal*, de João de Deus, acolhida com uma polémica generalizada). «O povo analfabeto – diz Coelho em *Cultura e Analfabetismo* – tem as suas artes, indústrias, saber, a sua educação e até a sua pedagogia reduzida a preceitos.» (*Cultura e Analfabetismo*, 1916, p. 20). E, escolhendo o seu partido neste debate (bem estudado, entre outros, por Sérgio Campos Matos, 2002), acrescenta que «não é de modo nenhum estranha a ideia de *pátria* aos que ignoram as artes de ler e escrever e não podem conhecer pelos livros a história do país», ideia de que se acha eco, perto de nós, na imagem do povo português traçada pelo dialectólogo Lindley Cintra.

Aqui se encontra uma chave para o investimento de Adolfo Coelho no domínio da cultura popular; não se trata de simples passeio pelo *folk-lore*, como acompanhante das histórias da língua e da literatura que dominavam a construção do discurso filológico oitocentista, mas da recolha e utilização de documentos tradicionais que devem comparecer e ser potenciados (mas não superados e suprimidos) pelo advento do ler e do escrever. Nesse projecto se integram recolhas sistemáticas como os *Contos Populares Portugueses* (1879), *Jogos e Rimas Infantis* (1883), *Materiais para o Estudo das Festas, Crenças e Costumes Populares Portugueses* (1880), grandes estudos monográficos como *Os Ciganos em Portugal* (1892), ou a *Revista d'ethnologia e de glottologia*, que fundou em 1871 para articular as questões da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

linguagem com a etnologia, a mitografia e o folclore. Nem na densidade dos materiais, nem na complexidade dos percursos, a pesquisa de Adolfo Coelho se compara, neste aspecto, com as realizações de Leite de Vasconcelos, mas talvez seja justo reconhecer nele uma intuição e um pensamento optimista apostado no futuro que em absoluto está ausente da sumptuosa arqueologia leitiana.

É tempo de falar do linguista, pois a ele se deve o maior número de aquisições que a ciência contabiliza no nome de Adolfo Coelho. No seu livro de estreia, o primeiro que Leite de Vasconcelos reconhece ter lido de linguística, por recomendação de seu mestre Epifânio da Silva Dias (dupla caução de autoridade), estudava Adolfo Coelho «o organismo da língua nos seus elementos – os *sons*, as *formas* e o conjunto de processos por que as palavras se unem em orações simples e as orações simples em orações compostas, a *sintaxe*» (*A língua portuguesa: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*, 1868, p. iii). O modelo que segue é o histórico-comparativo de Diez e, de modo mais geral, «os trabalhos que na Alemanha, Inglaterra e França, mas sobretudo na primeira dessas nações, fundaram a *glótica*, ou ciência da linguagem, trabalhos de que no presente livro se acham expostos alguns resultados e que, pela sua importância, pelas questões de primeiro interesse sobre que lançaram uma luz inesperada, de dia em dia vão chamando mais a atenção do mundo civilizado.» (*Idem.*, p. v) O idealismo juvenil destas palavras casa bem com a novidade da ciência e com os projectos de trabalho que anuncia, e só em parte cumpriria: «Uma história da língua portuguesa, um dicionário etimológico da mesma, um glossário do português arcaico e provincial completarão as nossas investigações no campo da língua que primeiro falámos.» (*idem*, p. iv) Neste programa, não se deve ler apenas a curiosidade de adquirir conhecimentos e de os facetar com instrumentos modernos. O motor de Adolfo Coelho residia nas suas convicções de transformação social e cultural, enfrentado com um país de analfabetos, com escolas que não faziam distinção entre ensino laico e ensino religioso, com universidades produtoras de oratória e ilusões. Assim, a justificação para o seu livro (e de boleia para a introdução da moderna linguística) encontra-a Adolfo Coelho na urgência de combater o estado de ignorância em que se encontrava a filologia portuguesa do tempo: «Quando começámos a conhecer os trabalhos dos modernos filólogos estrangeiros, vimos tristemente que a filologia portuguesa era completamente alheia aos progressos que a ciência da linguagem, a *glótica*, para usarmos da melhor das denominações que lhe têm sido dadas, tinha realizado em as nações que outro tempo acompanhámos no seu desenvolvimento intelectual. Portugal está em filologia pouco mais ou menos no ponto em que essas nações estavam no começo deste século.» (*idem*, p. vii). Nas páginas seguintes, desdobra em comprovação severa críticas a obras recentes, como o *Dicionário* de D. José de Lacerda e o *Génio da Língua Portuguesa*, de Francisco Leoni, pelo caminho castigando as teses celtistas de António Ribeiro dos Santos e do Cardeal Saraiva e ofendendo Inocêncio pelo apreço que este manifestara a Lacerda. Ao concluir a introdução do seu livro, na pág. xix, o jovem Coelho tinha não só deixado claro ao que vinha, mas tinha igualmente feito meia dúzia de inimigos entre sábios mortos e vivos. Pela exigência científica, pela arrogância e pela falta de tacto, estava consagrado como o justo precursor de uma disciplina que, no nosso país, pródiga se tem revelado nessas mesmas virtudes.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A entrada em cena da linguística moderna não será plenamente apreciada, no entanto, se não se tiver presente o contexto epocal: em 1887, a Universidade de Coimbra aprovava, e a sua Imprensa publicava, a tese doutoral de António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, em que se lêem afirmações como esta, decerto não irónica: «a dispersão de Babel, não tendo o character de castigo, foi comtudo uma medida sapientissima da Omnipotencia divina» (cit. *Filólogos Portugueses entre 1868 e 1943*, 1996, p. 27).

Os anos 70 foram ricos em actividade para Adolfo Coelho. Depois de uma polémica com Levy Maria Jordão a propósito do *Corpus Inscriptionum Latinarum* de Hübner, apenas memorável pelo título do seu panfleto (*A Sciencia Allemã e a Ignorancia Portuguesa*), e dos estilhaços das conferências do Casino, publica em 1871 a *Theoria da conjugação em latim e portuguez. Estudo de grammatica comparativa*, título que ecoa o tratado de Bopp, que em 1816 comparara o sânscrito com o latim, o grego, o persa e o germânico. É do mesmo ano uma importante introdução linguística ao *Grande dictionario portuguez* de Domingos Vieira, reeditada três anos mais tarde nas *Questões da língua portuguesa* (1874). Já dirigira a *Bibliographia critica de historia e litteratura* (1873-5), revista de recensões em grande parte por si redigida. E envolvera-se em numerosas polémicas, para que tinha manifestamente queda: contra o Fausto de Castilho (*Sciencia e probidade...*, 1873), contra Inocêncio e uma crítica à sua *Lingua portugueza* (1870), sobre o Dicionário da Academia das Ciências (1870), contra Levy Maria Jordão em defesa do *Corpus Inscriptionum Latinarum* do alemão Hübner (1870), sobre a *Historia da litteratura portugueza* de Teófilo Braga (1872).

Em 1878, começa a ensinar no Curso Superior de Letras e, a partir de 1911, na Faculdade de Letras de Lisboa. A par da docência universitária, que levaria até ao fim da vida, intensifica-se a produção dos trabalhos de pedagogia acima referidos. Mas surgem também os estudos que principalmente são responsáveis pela sua duradoura fama internacional.

Antes de mais, três ensaios dedicados aos crioulos, com um título comum - *Os dialectos romanicos ou neo-latinos na Africa, Asia e America* (1880, 1882 e 1886). Trata-se de obras verdadeiramente comparatistas, ricas em materiais dos crioulos de base portuguesa, mas também de base espanhola, francesa, e ainda sobre a língua franca. Apesar de provirem de recolhas alheias, como aliás os de outros grandes crioulistas do seu tempo, como Hugo Schuchardt, estes estudos constituem uma das glórias de Coelho. Questão central da crioulistica é a origem das línguas crioulas, duas teorias se debatendo a esse respeito: uma, proposta por Lucien Adam (1883), explica o crioulo pelo substrato das línguas maternas, que permanece nos escravos adultos ao aprenderem a língua dos senhores; esses escravos conservam substancialmente a gramática da língua da sua nação, a que somam o léxico da língua europeia de contacto dominante, o que faria do crioulo uma língua híbrida. A outra teoria atribui o crioulo a crianças nascidas em cativeiro que, privadas da língua dos pais escravizados, criam uma nova língua a partir da faculdade inata da linguagem, que capta o léxico da língua dos senhores. Esta segunda teoria foi enunciada por Adolfo Coelho (e secundada por W. Meyer-Lübke, H. Schuchardt e a maior parte dos crioulistas modernos) nos seguintes princípios: 1. Os crioulos «representam o primeiro ou primeiros estádios na aquisição de uma língua estrangeira por um povo que fala ou falou outra»; 2. e «devem a origem à acção de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

leis psicológicas ou fisiológicas por toda a parte as mesmas e não à influência das línguas anteriores dos povos em que se acham esses dialectos.» (*Os dialectos romanicos ou neo-latinos na Africa, Asia e America*, 1880, pp. 102-5). Um crioulo, em virtude disto, é uma língua e não um dialecto ou variedade de outra língua; é autónomo quer em relação à língua nativa dos antepassados dos seus falantes, quer em relação à língua colonial dos proprietários desses antepassados; nas condições políticas e culturais adequadas, pode desenvolver-se e atingir o estágio de língua de cultura, dotada de literatura escrita e susceptível de ser ensinada escolarizadamente.

Outra obra importante é o tratado *Os Ciganos em Portugal*, de 1892, em que a riqueza de materiais históricos, etnográficos e antropológicos apenas é superada pelos linguísticos, já que oferece um estudo muito completo da formação e da estrutura do *calão*, ou gíria reservada da comunidade cigana.

De 1906 data o extenso artigo «Casos de analogia na língua portuguesa» (*Revue Hispanique*, XV), que parte dos processos assimilatórios, fonéticos e morfológicos, exercidos pelo sufixo *-agem* para uma longa discussão de natureza teórica sobre a interferência da analogia na aquisição da linguagem por parte das crianças, em recorrência de temáticas familiares a muitos dos seus trabalhos.

Não menos ambiciosos foram outros trabalhos, como os *Estudos sobre a influencia ethnica na transformação das linguas* (1901), de que apenas escreveu (ou publicou) uma primeira parte de vertiginosa erudição, *Diferenças phoneticas das linguas e diferenças anatomicas dos orgãos da falla*, deixando em estado de promessa ensaios sobre «influências dumas línguas sobre outras», sobre «línguas de gramática mista» e sobre a «formação dos dialectos crioulos». Não sendo crível que a estes títulos e à planificação de trabalho que supõem não correspondesse material efectivamente redigido, de mais a mais registando-se a recorrência de temas e de pesquisas, é de colocar a questão da ausência de um espólio de inéditos de Adolfo Coelho, que servisse à edição póstuma de obras anunciadas. Não é conhecido o paradeiro desses materiais, nem a sua natureza, se é que foram conservados, o que se presta a mais um contraste com Leite de Vasconcelos, que tudo guardou e legou. A biblioteca, por seu lado, foi disseminada: a sua alegada doação à Faculdade de Letras seria um gesto natural, já que Coelho era seu professor, mas a falta de identificação dos livros torna difícil avaliar a extensão e a natureza do legado. A existência, na biblioteca pessoal de Leite de Vasconcelos, de um pequeno núcleo de 30 livros que pertenceram a Adolfo Coelho não desmente aquela doação, mas limita o seu âmbito.

Devemos a João da Silva Correia (*Adolfo Coelho*, 1933, p. 9) a evocação da última lição de Adolfo Coelho: «Não é sem emoção que ainda hoje recordo a sua última aula, dada cerca de oito dias antes de falecer, e em que, como se quisesse fechar o circuito da sua vida de pedagogo pela mesma nobre doutrinação por que a começara na Conferência do Casino – versou o tema da necessidade de tolerância, ou melhor, do respeito de todas as posições espirituais para o progresso científico. Lembro-me bem de que, com pleníssima lucidez, o Dr. Adolfo Coelho pôs em relevo, por um lado, a necessidade da não interferência de qualquer crença religiosa no ensino oficial, e contrapostamente, por outro, a violência que o Estado cometia opondo-se a que nas escolas particulares fosse ministrado ensino religioso àquelas crianças que os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pais desejavam educar na sua fé – visto que a ciência, sendo impotente para demonstrar a falsidade da crença, não deve, sem se contradizer a si mesma, perseguir ou vexar os que crêem».

Bibliografia activa: *A língua portuguesa: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868; *A Questão do Ensino. Conferencia publica feita no Casino Lisbonense em 17 de Junho de 1871*, Porto-Braga, Chardron, 1872; *Theoria da conjugação em latim e portuguez. Estudo de grammatica comparativa*, Lisboa, Tipografia Universal, 1871; «Os dialectos romanicos ou neo-latinos na Africa, Asia e America», *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, 1882 e 1886; *Curso de litteratura nacional para uso dos lyceus centraes: I. A língua portuguesa: Noções de glottologia geral e especial portugueza; II. Noções de litteratura antiga e medieval como introdução á litteratura portugueza*, Porto, Magalhães e Moniz, 1881 (2.^a 1887, 3.^a 1896); *Os Ciganos em Portugal, com um estudo sobre o calão*, Lisboa, Imp. Nacional, 1892; *Casos de analogia na língua portuguesa*, sep. *Revue Hispanique*, XV, 1906, 34 pp; *Cultura e Analfabetismo*, Porto, Renascença Portuguesa, 1916 (2.^a ed., com introd. de M. Viegas Guerreiro, Lisboa, I.P.P.C., 1984); *Alexandre Herculano e o ensino público*, Lisboa, J.A. Rodrigues e Cia, 1910; *Para a história da instrução popular*. Lisboa, I. Gulbenkian de Ciência, 1973; *Obra etnográfica* (org., pref. e notas de João Leal), 2 vols., Lisboa, D. Quixote, 1993.

Bibliografia passiva: BOLÉO, Manuel de Paiva, *Adolfo Coelho e a filologia portuguesa e alemã no século XIX*, sep. *Biblos*, XXIII, 1948, 102 pp; CORREIA, João da Silva «Adolfo Coelho», *Revista da Faculdade de Letras*, I, Lisboa, 1933, pp. 1-10; FERNANDES, Rogério, «Esboço bibliográfico da obra de F. Adolfo Coelho», em F. Adolfo Coelho, *Para a história da instrução popular em Portugal*, Lisboa, I. Gulbenkian de Ciência, 1973, pp. 201-231; MATOS, Sérgio Campos, «História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea», *Lusotopie*, nº 10, 2002, pp. 123-139; NETO, Silva Serafim, *Manual de Filologia Portuguesa*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Presença, 1977; PRISTA, Luís, *Filólogos Portugueses entre 1868 e 1943*, Lisboa, Ed.Colibri, 1996.

Ivo Castro



APOIOS:

